

24.05.2016 – 12h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (CNAPEF)

Nuno Fialho e Avelino Azevedo (CNAPEF) e Nuno Ferro e Luís Fernandes (SPEF).

**Recebidos por:** Deputados Pedro Pimpão (PSD, que presidiu à audiência), Diana Ferreira (PCP), Maria Augusta Santos (PS) e Ascenso Simões (PS).

**Assunto:** Preocupações sobre o momento atual da área curricular de Educação Física no quadro do sistema educativo nacional.

**Exposição:** O Deputado Pedro Pimpão (do PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou os elementos das delegações da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e do Conselho Nacional das Associações de Profissionais de Educação Física (CNAPEF), indicou-lhes a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência, indicaram que são 2 instituições representantes da educação física e pediram a valorização da mesma.

Transmitiram depois, em resumo, as seguintes preocupações em relação a esta área curricular, que se registam desde a saída do [Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho](#):

1. Redução da carga horária da disciplina no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário;
2. Inclusão da disciplina numa área de expressões no 3.º ciclo, com disciplinas com as quais não tem afinidade curricular;
3. Não consideração da classificação na disciplina de Educação Física para apuramento da média final do ensino secundário;
4. Desvalorização da área curricular de Expressão e Educação Físico-Motora no 1.º ciclo.

Acrescentaram ainda o seguinte:

1. Em 2012 desencadearam a [Petição 184/XII](#), *Em defesa da Educação Física - Não há Educação sem Educação Física*, que originou a apresentação de Projetos de Resolução do PCP, do BE e do PS, os quais foram rejeitados (acessíveis através da petição);
2. Atento o novo quadro parlamentar atual, pedem novas iniciativas e a inversão da situação;
3. Pediram audiência à Comissão, aos Grupos Parlamentares e ao Ministro da Educação para exporem a situação e ainda não têm resposta deste;



4. De harmonia com um levantamento feito em 2012 e 2013, a redução da carga horária no 3.º ciclo e no ensino secundário verificava-se em 20% das escolas e atualmente regista-se uma evolução da redução da carga letiva, articulada com a disponibilidade de professores da escola;
5. Fala-se muito na valorização da educação física, mas a alteração do estatuto da disciplina em termos de avaliação é contrária à pretendida valorização;
6. A expressão física ou motora no 1.º ciclo está desvalorizada, as Atividades de Enriquecimento Curricular não a substituem, devendo ser antes um acrescento, valorizando o investimento num desporto, além da expressão física ou motora básica;
7. A atribuição de horas ao professor de Educação Física, para coadjuvação no 1.º ciclo, está incluída no âmbito da autonomia da escola, sendo decidida pelo respetivo Diretor;
8. A educação física tem maior valorização no ensino privado, consubstanciando uma desigualdade em relação à escola pública;
9. A educação física tem uma grande importância no desenvolvimento cognitivo;
10. Pedem mais valorização da educação física.

Intervio de seguida a Deputada Maria Augusta Santos (PS), referindo que em 2012 a disciplina de Educação Física tinha sido desvalorizada, com redução da carga horária e desvalorização em termos de nota, o que gerou a desmotivação e perda de professores da mesma. Acrescentou que o PS estava atento à matéria e apresentaria iniciativas em tempo útil, com reconhecimento da importância da educação física, tendo aventado a hipótese de serem necessários acertos na carga horária. Por último, deu exemplos de casos de colocação da disciplina de Educação Física em horários não recomendáveis.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) indicou que o PCP acompanha as preocupações expressas e no respetivo Programa eleitoral inscreveram a valorização da educação física, tal como das áreas culturais. Enfatizou a escola com papel na formação integral do indivíduo, referiu que o 1.º ciclo não tem a disciplina de Educação Física no currículo, realçou o prejuízo para as crianças numa fase fundamental da sua formação e tendo em conta a educação para a saúde e defendeu que a disciplina em causa é essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes das 2 entidades referiram que há necessidade de equacionar que competências se pretende que os alunos tenham até ao 12.º ano, tendo defendido que a não contagem da classificação da disciplina para a média do ensino secundário prejudica a maioria dos alunos e indicado que após a publicação do citado Decreto-Lei n.º 139/2012 várias entidades nacionais e internacionais manifestaram desacordo em relação a essa decisão.

Indicaram ainda que fizeram um seminário em 2015 em que estiveram presentes representantes dos vários Grupos Parlamentares, com exceção do CDS-PP, que tinham concordado com as posições expressas pelas instituições representantes da educação física e vão fazer um Congresso em julho, para o qual convidaram os Deputados a estarem presentes, tendo solicitado o desenvolvimento de ações concretas.

Por último, referiram que a não contagem da nota da disciplina para a média do ensino secundário se prende com o acesso ao ensino superior, tendo defendido a adoção de uma forma diferente de acesso e que todas as disciplinas estejam no currículo e sejam valorizadas de forma igual.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

---

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2016

A assessora

*Teresa Fernandes*